



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

INTERVENÇÃO DA MINISTRA DA JUSTIÇA

RITA ALARCÃO JÚDICE

**XIII Encontro Nacional da ASAP - Associação das
Sociedades de Advogados de Portugal**

CCB, Lisboa

16.10.24



Exmo. Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal, Dr. José Luís Moreira da Silva

Senhoras e Senhoras Advogados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Antes de mais, saúdo a Associação das Sociedades de Advogados de Portugal, pela sua fundação, há 22 anos, e pela realização deste Encontro Nacional.

Fui advogada durante 25 anos e durante esse tempo, como sabem, exerci advocacia numa sociedade de advogados. É um mundo que conheço bem. Mas hoje, perdoar-me-ão, que vos fale como Ministra da Justiça e não como colega.

Os olhos com que vejo a Justiça hoje beneficiam, em muito, do que viram na advocacia, embora o campo de visão se tenha alargado.

Vejo hoje, mais claramente, a Justiça como um serviço ao cidadão. Reconheço em cada reunião, em cada discussão, em cada acordo alcançado ao longo destes 6 meses de mandato, a transversalidade da Justiça.

A Justiça tem essa particularidade: todos dependemos de todos, para a realizar, todos precisamos de todos para a reformar.

A Ministra da Justiça e o Ministério da Justiça não podem fazer uma verdadeira reforma se não contarem com todos, com os Juízes, com os Magistrados do Ministério Público, com os Oficiais de Justiça, com os Guardas Prisionais, com os Técnicos dos Reinserção Social,

com os Inspectores da Polícia Judiciária, com os especialistas da Medicina Legal, com os profissionais de registos, os Conservadores, os Solicitadores e todos aqueles que nos organismos do Ministério asseguram os meios para que a Justiça funcione.

Precisamos também de contar com o Parlamento na aprovação dos instrumentos legislativos que melhor sirvam a Justiça.

E, precisamos, claro, dos Advogados.

Precisamos que não se esqueçam que devem ser verdadeiros servidores do direito, assegurando a formação dos jovens advogados, preparando-os para o exercício pleno da advocacia, no cumprimento da lei e da ética.

Precisamos que não se esqueçam da importância de prestar apoio judiciário. E sei bem que muitos o fazem por tantas razões, muitas que ultrapassam os honorários que o Estado assegura para o efeito.

Mesmo assim estamos a rever a tabela elaborada há 20 anos e que sofreu poucas alterações ao longo desse tempo.

Precisamos de advogados a exercer a sua função social de colaborar com a administração da justiça. Precisamos que não se reduzam a meros prestadores de serviços.

Precisamos que não se esqueçam do interesse público que distingue e enobrece o exercício da advocacia. Precisamos que tenham verdadeira afeição pelos princípios do Direito e pelos fins da Justiça, que não se esqueçam da salutar diversidade que existe nas

diversas formas de exercer a profissão e que não se alheiem dos diferentes problemas que afetam a classe.

Achamos que o que for melhor para a Justiça, é melhor para os advogados.

Daqui a cerca de um mês, esperamos poder confirmar o entusiasmo, de que temos recolhido nota, sobre a tramitação eletrónica da fase de inquérito.

Já partir de 3 de dezembro, vai ser eliminado o papel nas comunicações dos Senhores Advogados, que vão passar a apresentar todas as peças escritas por via eletrónica.

A partir de abril de 2025, a consulta dos processos passa a ser feita eletronicamente. As comunicações por esta via vão aplicar-se também ao envio dos autos de notícia pela GNR, PSP e PJ.

Acreditamos que esta medida – aparentemente tão simples, mas que implicou ultrapassar algumas resistências – vai fazer uma grande diferença na fluidez da tramitação do processo penal.

É uma medida boa para os tribunais, boa para os advogados e, acima de tudo, boa para quem recorre à Justiça.

Foi uma das medidas incluídas na Agenda Anticorrupção. Há outras que já estão concretizadas ou em vias de lá chegar. Hoje destaco duas:

- O Grupo que vai elaborar o anteprojeto de revisão da legislação penal e processual penal, assegurando a transposição da diretiva sobre a perda alargada de bens já começou a trabalhar e teremos uma proposta já no início do próximo ano.

- A Comissão para a Revisão do Processo e Procedimento Tributário e das Garantias dos Contribuintes, está a trabalhar em medidas há muito aguardadas.

Agora, um tema que diz mais diretamente respeito aos Advogados e que interessa também às Sociedades de Advogados: o futuro da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

Foi nomeada a comissão para analisar os vários cenários para o regime de apoio social dos Advogados e Solicitadores. Esta comissão reuniu-se esta semana para dar início aos trabalhos.

São três os cenários em cima da mesa para análise:

- A integração da CPAS na segurança social
- A criação de um regime optativo
- A manutenção da CPAS, numa versão aperfeiçoada

Queremos tomar decisões fundamentadas, com conhecimento profundo de todas as suas consequências e aguardamos o trabalho dos peritos – numa equipa nomeada pelos Ministérios das Finanças, da Segurança Social e da Justiça, que inclui representantes das partes envolvidas.

Voltando ao dia-a-dia dos Tribunais: na próxima segunda-feira, contamos ter fechada a lista definitiva dos candidatos admitidos para o concurso de recrutamento de 570 Oficiais de Justiça.

A procura foi quase o quádruplo das vagas anunciadas, mas a lista definitiva não deverá andar muito longe do triplo das vagas disponíveis.

Depois de terem sido entregues computadores novos a várias centenas de magistrados, este mês foi iniciada uma renovação de equipamentos de som tecnologicamente mais avançados nos Tribunais.

A instalação destes equipamentos será feita em quase 1500 locais, entre 900 salas de audiência, 60 salas de diligências, uma centena de salas de menores, mais de 100 salas de inquirições e mais de 240 gabinetes de videoconferência.

A introdução dos novos equipamentos vai trazer uma melhoria significativa na qualidade de som das gravações.

Dentro de algum tempo, teremos microfones individuais e gravações de qualidade.

São ações que representam uma pequena parte do muito que já concretizamos nestes seis meses. Sempre tenho dito que a reforma da Justiça se fará com pequenos passos. Estamos a dá-los. Um a um.

Os passos podem ser pequenos, mas a ambição nem por isso. Sabemos para onde vamos e sabemos onde queremos chegar.

Todos nesta sala desejam que a Justiça funcione bem e de forma célere. Também contamos com o contributo dos Advogados para que isso aconteça.

****Só faz fé a versão efetivamente dita***